

**Provas Especialmente Adequadas Destinadas a Avaliar a Capacidade  
para a Frequência dos Cursos Superiores do Instituto Politécnico de Leiria  
dos Maiores de 23 Anos - 2011**

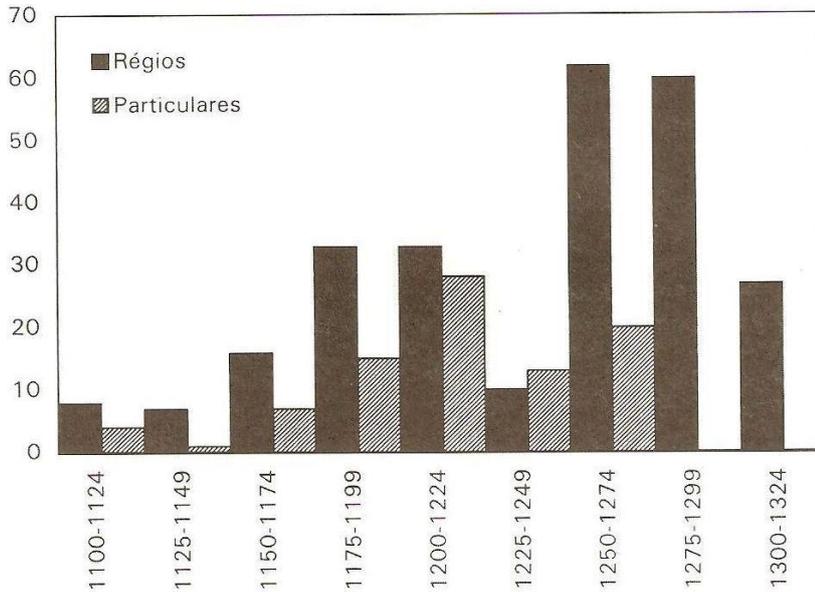
## **Prova de conhecimentos específicos de HISTÓRIA**

### **Instruções gerais**

1. A prova é constituída por 6 grupos de questões, devendo ser respondidas apenas 4, à sua escolha.
2. A duração da prova é de 2 horas, estando prevista uma tolerância de 30 minutos;
3. Só pode utilizar para elaboração das suas respostas e para efectuar os rascunhos as folhas distribuídas pelo docente vigilante, salvo se previsto outro procedimento;
4. Não utilize qualquer tipo de corretor. Se necessário, risque ou peça uma troca de folha;
5. Não é autorizada a utilização de quaisquer ferramentas de natureza eletrónica (telemóvel, pda, computador portátil, leitores/gravadores digitais de qualquer natureza ou outros não especificados);
6. Deverá disponibilizar ao docente que está a vigiar a sala, sempre que solicitado, um documento válido de identificação (bilhete de identidade, carta de condução ou passaporte);
7. A seguir ao número de cada questão encontra entre parênteses a respectiva cotação.
8. Admite-se que os candidatos utilizem nas respostas a este exame quer a antiga, quer a nova ortografia, sem nenhuma penalização, uma vez que ainda está em vigor o período de transição do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

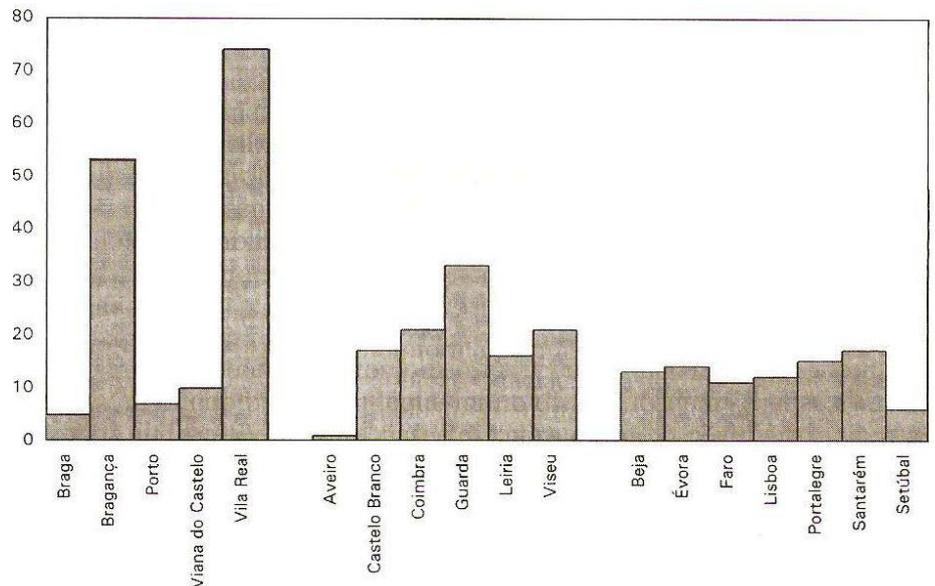
Leiria, 4 de Junho de 2011

## Grupo 1



Doc. A – Outorga de forais régios e particulares (1100-1324)

Doc. B – Distribuição geográfica, por distritos, da outorga de forais (1100-1324)



Maria Helena da Cruz Coelho, “Os Concelhos”, in *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, Editorial Presença, Lisboa, 1996, pp. 578-579

**1.1 Justifique a evolução e distribuição da outorga de forais patentes nos gráficos A e B. Na redacção da sua resposta, deverá ter em conta a definição e funcionalidade das cartas de foral, relacionando-as com o quadro dos poderes em acção no Portugal medieval. [5 valores]**

## Grupo 2

“(…) Deus é luz. Desta luz inicial, incriada e criadora, participa cada criatura. Cada criatura reflecte e transmite a iluminação divina segundo a sua capacidade, isto é, segundo o lugar que ocupa na escala dos seres, segundo o nível em que o pensamento de Deus hierarquicamente a situou. Proveniente de uma irradiação, o universo é um fluxo luminoso que desce em cascatas, e a luz que emana do Ser primeiro instala no seu lugar imutável cada um dos seres criados. Mas ela une-os a todos. Laço de amor, irriga o mundo inteiro, estabelece-o na ordem e na coesão e, porque todo o objecto reflecte mais ou menos a luz, esta irradiação, por uma cadeia contínua de reflexos, suscita desde as profundidades da sombra um movimento de reflexão, para o foco do seu irradiamento. Desta maneira, o acto luminoso da criação institui por si mesmo uma subida progressiva de degrau em degrau para o Ser invisível e inefável de quem tudo procede. (...) Esta concepção contém a chave da nova arte, da arte de França (...)”.

Georges Duby, *O Tempo das Catedrais. A Arte e a Sociedade (980-1420)*,  
2ª ed., Editorial Estampa, Lisboa, 1993, pp. 105-106

**2.1 Esclareça o sentido do documento historiográfico. Na redacção da sua resposta, deverá ter em conta os traços de uma espiritualidade em transformação, relacionando-os com as soluções técnicas do período artístico a que se refere o texto de Georges Duby. [5 valores]**

## Grupo 3

“Torna-se necessário deixar que o cidadão trabalhe para si, porque, trabalhando para si, o cidadão trabalhará para o bem da Nação. Porém, este princípio, simples e claro na sua formulação, é de difícil concretização prática numa sociedade onde as pessoas não podem livremente dispor de si mesmas, ou dos objectos que de uma ou outra forma estão sob o seu controlo.

Por isso, se, para Portugal, o único caminho que o poderá arrancar ao abismo e colocá-lo na senda da civilização, da riqueza e do bem-estar social é o trabalho, urge que:

1.º Se liberte o homem, o cidadão, de todos os constrangimentos que o impedem de livremente trabalhar;

2.º Se libertem as coisas (bases materiais do trabalho humano e também o seu resultado) de todos os obstáculos à sua livre circulação e disposição;

3.º Se criem os suportes institucionais que assegurem a liberdade de trabalhar ao homem e a liberdade de circulação e disposição às coisas possuídas pelo homem, ser livre por «natureza». (...)

Mouzinho, cidadão de um país que «desceu para os abysmos ainda mais do que tinha subido na época gloriosa; e [de que] na Historia inteira não ha exemplo algum de uma semelhante descida» (...) afirma que «Portugal não pode continuar a ser Nação independente sem dar grande impulso ao trabalho, e industria de sua Povoação».

Para isso é necessário «desarraigar [... ] todos os obstáculos oppostos ao desenvolvimento das riquezas, hoje se acabará um, depois outro, e assim por diante, a ponto de não ficar impedimento a esse desenvolvimento, que desde então será infalível». No entanto, as situações são diversas, conforme atestam as duas citações seguintes:

[...] [o] desejo único que tenho neste mundo, é [...] ver feliz quem trabalhar, ou for herdeiro de quem trabalhou, e destituído de meios aquelle que pertender existir a custa de trabalhos alheios [...].

Porém, acabar com o velho, o feudal, e criar o novo, o moderno, exige a conceptualização do novo em termos de princípios gerais. E Mouzinho tem-nos”.

Maria de Fátima Brandão e Rui Graça Feijó, “O discurso reformador de Mouzinho da Silveira”, in *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980, pp. 244-247 (adaptado).

**3.1 Partindo da análise do texto, relacione a legislação liberal de Mouzinho da Silveira com as necessidades do país, em geral, e da sociedade, em particular. [5 valores]**

#### **Grupo 4**

“... o liberalismo é, pelo menos, enquanto filosofia, a expressão de um grupo social, a doutrina que melhor serve os interesses de uma classe.

Se, em apoio desta afirmação, se faz intervir a geografia e a sociologia do liberalismo, verifica-se que os países onde o liberalismo aparece, onde as teorias liberais encontram maior simpatia, onde desabrocharam os movimentos liberais são aqueles onde existe uma burguesia já importante. Prolongando a análise geográfica com um exame sociológico, verifica-se igualmente que a categoria social (...) na qual o liberalismo recruta essencialmente os seus doutrinadores, os seus adeptos, é a das profissões liberais e da burguesia mercantil.

A conclusão advinha-se: o liberalismo é a expressão, até o álibi, a máscara dos interesses, de uma classe. A concordância é demasiado estreita entre as aplicações da doutrina liberal e os interesses vitais da burguesia.

Quem, na verdade, mais beneficia, em França ou na Grã-Bretanha, com o jogo livre da iniciativa política ou económica senão a classe social mais instruída e a mais rica? A burguesia faz a revolução e a revolução devolveu-lhe o poder. Ela tenciona conservá-lo, contra um regresso da aristocracia e contra a ascensão das camadas populares. A burguesia reserva para si o poder político através do censo e controla o acesso a todas as funções públicas e administrativas. A aplicação do liberalismo tende também a manter a desigualdade social. (...)

O liberalismo é, portanto, o disfarce do domínio de uma classe, do monopólio do poder pela burguesia possidente: é a doutrina de uma sociedade burguesa que impõe os seus interesses, os seus valores, as suas crenças”.

René Rémond, *Introdução à História do Nosso Tempo*, Gradiva, Lisboa, 1994, pp. 149-150 (adaptado).

**4.1 Esclareça o sentido das afirmações de René Rémond. Na sua resposta deverá ter em consideração as alterações introduzidas pelo Liberalismo na vida política, social e económica. [5 valores]**

### **Grupo 5**

Analise atentamente a imagem seguinte, sobre o embarque de tropas portuguesas, para o cenário da I Grande Guerra:



**EMBARQUE, 1917** Alguns contingentes desembarcavam em Santa Apolónia e marchavam até Alcântara; outros apeavam-se no próprio cais dos comboios que os traziam desde a zona de Tancos

**5.1 Lembre duas consequências políticas que se fazem sentir ao nível da governação do país.** [5 valores]

## Grupo 6

“Excelentíssimo Ministro do Interior Excelência:

Manuel Rodrigues Monteiro de Azevedo, 48 anos, jornalista (...), vem respeitosamente expor a V. Exa. O seguinte:

Minha filha, Maria Georgina Maia de Azevedo, estudante da Escola de Belas Artes de Lisboa (...) foi detida no dia 25 de Novembro último [1964], às sete da manhã, pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado. Só hoje, pelo meio-dia, me foi autorizado visitá-la em Caxias, apesar de uma incomunicabilidade de mais de doze dias ser inteiramente ilegal, visto que a chamada "incomunicabilidade absoluta", tal como o preceituado Código do Processo Penal, não pode exceder três dias.

Acontece, porém, muito pior. Quando me foi dado ver a minha filha através de duas redes tive dificuldade em conhecê-la. O seu aspecto era absolutamente cadavérico, não conseguia coordenar ideias e tinha dificuldade em articular as palavras. Além disso, não conseguia manter-se em pé, nem andar sem se amparar às paredes. Tudo isto mostra claramente que durante doze dias esteve isolada na sede da PIDE, sujeita a um tratamento violento, sujeita à

tortura do sono e, por ventura, a outras violências. Tudo isto feito a uma rapariga menor, que nunca havia sido presa e sempre vivera na casa paterna!

Será este o método que a polícia está a utilizar para extorquir confissões que possam justificar a "Nota Oficiosa" de 4 do corrente sobre as prisões de dezenas de estudantes universitários. Pergunto que valor podem ter depoimentos obtidos deste modo e se é legítimo um país civilizado permitir, em nome seja do que for, a prática de tais violências.

(...) Solicito a V. Exa. providências imediatas, como é de justiça.

Lisboa, 7 de Dezembro de 1964”

**6.1 Lembre o movimento estudantil de oposição ao regime e refira-se ao seu contributo para a queda do Estado Novo. [5 valores]**